

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.

31 DE DEZEMBRO 2025

SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

CONTEÚDO

Relatório de revisão dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado

Quadro 3 – Demonstração dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.
São Paulo - SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi por nós conduzido, cujo relatório datado em 24 de março de 2025 foi emitido sem modificação e com parágrafo de ênfase em decorrência de reapresentação espontânea dos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo e apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2026.

Vac Auditores Independentes
CRC 2SP027296/O-2



Ricardo José Patine Filho
Sócio
CRC 1SP252050/O-9



Ricardo Augusto de Souza
Diretor
CRC 1SP258186/O-4

QUADRO 1

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

Balancos patrimoniais

Findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	393	583	Fornecedores	8	855	1.121
Contas a receber	5	2.510	2.439	Salários e encargos a recolher	9	2.163	1.966
Outros ativos		94	88	Tributos e contribuições a recolher	10	2.403	3.163
Partes relacionadas	12	<u>1</u>	<u>-</u>	Outras contas a pagar	11	160	217
		2.998	3.110	Partes relacionadas	12	<u>36</u>	<u>56</u>
						5.617	6.522
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado líquido	6	1.532	2.000	Tributos e contribuições a recolher	10	4.563	5.509
Intangível líquido	7	22.636	19.065	Partes relacionadas	12	1.764	1.764
Contas a receber	5	<u>22</u>	<u>108</u>	Dividendos a pagar		2.117	993
		24.190	21.173	Provisão para demandas judiciais	22	<u>23</u>	<u>-</u>
						8.467	8.266
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13	31.173	31.173
				Capital a integralizar		(24.939)	(24.939)
				Reservas legal		517	280
				Reservas de lucros		<u>6.353</u>	<u>2.980</u>
						13.105	9.495
Total do ativo		<u>27.188</u>	<u>24.283</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>27.188</u>	<u>24.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

Demonstrações dos resultados

Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	15	39.193	37.079
Custos dos serviços prestados	16	<u>(30.424)</u>	<u>(27.799)</u>
Lucro bruto		8.769	9.280
Despesas e receitas			
Despesas administrativas e gerais	17	(467)	(95)
Outras receitas e (despesas)	18	<u>12</u>	<u>(5)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		8.314	9.180
Receitas financeiras	19	116	58
Despesas financeiras	19	<u>(1.058)</u>	<u>(1.615)</u>
Resultado financeiro		(942)	(1.557)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>7.372</u>	<u>7.623</u>
Imposto de renda e contribuição social	14	(2.638)	(2.600)
Lucro líquido do exercício		<u>4.734</u>	<u>5.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	4.734	5.023
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>4.734</u>	<u>5.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4**SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio
Em 31 de dezembro de 2023	31.173	(24.939)	29	1	-	6.264
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(800)	(800)
Resultado do exercício	-	-	-	-	5.023	5.023
Destinação da reserva legal	-	-	251	-	(251)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(993)	(993)
Destinação da reserva de lucros	-	-	-	2.979	(2.979)	-
Em 31 de dezembro de 2024	31.173	(24.939)	280	2.980	-	9.495
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.734	4.734
Destinação da reserva legal	-	-	237	-	(237)	-
Destinação da reserva de lucros	-	-	-	3.373	(3.373)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.124)	(1.124)
Em 31 de dezembro de 2025	31.173	(24.939)	517	6.353	-	13.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

SPE AEROPORTOS PAULISTA ASP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, incluindo as operações descontinuadas	7.372	7.623
Ajustes por		
Imposto de renda e contribuição social	(2.638)	(2.600)
Depreciação	508	485
Amortização	992	651
Provisões para demandas judiciais	23	-
Provisão/ reversão para perdas de créditos considerados incobráveis	432	90
Aumento (redução) dividendos/reservas/outros	(1.124)	-
	<u>5.565</u>	<u>6.249</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) / Diminuição dos ativos		
Aumento (redução) em contas a receber	(421)	(719)
Aumento (redução) em outros ativos	(6)	(20)
(Aumento) / Diminuição dos passivos		
Aumento (redução) em fornecedores	(266)	260
Aumento (redução) em salários e encargos	197	203
Aumento (redução) em tributos e contribuições sociais	(1.705)	1.801
Aumento (redução) em outras contas a pagar	(56)	(329)
Aumento (redução) em dividendos	1.124	-
	<u>4.432</u>	<u>7.445</u>
Caixa usado das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado	(39)	(339)
Aquisição de ativo intangível	(4.563)	(6.006)
Caixa proveniente (aplicado) das atividades de investimentos	<u>(4.602)</u>	<u>(6.345)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento (redução) em partes relacionadas	(20)	(171)
Dividendos pagos	-	(800)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamento	<u>(20)</u>	<u>(971)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(190)</u>	<u>129</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início	583	453
Caixa e equivalentes de caixa no final	393	583
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalente de caixa	<u>(190)</u>	<u>129</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS IDEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SPE AEROPORTOS PAULISTAS ASP S.A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 22 de dezembro de 2021, com sede na Cidade de São Paulo, na Rua Bela Cintra nº 1149 – 8º andar - bairro da Consolação, localizada no estado de São Paulo, tendo como objetivo social, (i) a concessão dos serviços de ampliação, manutenção, operação e realização dos investimentos necessários para a exploração comercial do Complexo Aeroportuário integrante do Bloco Noroeste, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado de São Paulo, com interveniência – anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (ii) a exploração de serviços de estacionamentos; (iii) serviços auxiliares ao transporte aéreo.

Os serviços contratados pela Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP através do contrato nº 0465/ARTESP/2022 assinado em 15 de fevereiro de 2022, em conformidade com as condições estabelecidas no Edital de Concorrência Pública Internacional nº 01/2021. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, a partir da data de eficácia da concessão, sendo que a Companhia deu início às suas atividades operacionais em 01 de abril de 2022.

Os aeroportos integrantes sobre a interveniência – anuência da Agência Reguladora de Serviços Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP denominado “Bloco Noroeste” são: (i) Aeroporto Estadual Paulino Ribeiro de Andrade “Aeroporto de Andradina”; (ii) Aeroporto Estadual de Dario Guarita “Aeroporto de Araçatuba”; (iii) Aeroporto Estadual Marcelo Pires Halzhausen “Aeroporto de Assis”; (iv) Aeroporto Estadual Chafei Amsei “Aeroporto de Barretos”; (v) Aeroporto Estadual Moliterno de Dracena “Aeroporto de Dracena”; (vi) Aeroporto Estadual Doutor Ramalho Franco “Aeroporto de Penápolis”; (vii) Aeroporto Estadual Geraldo Moacir Bordon “Aeroporto de Presidente Epitácio”; (viii) Aeroporto Estadual Adhemar de Barros “Aeroporto de Presidente Prudente”; (ix) Aeroporto Estadual Professor Eribelto Manoel Reino “Aeroporto de São José do Rio Preto”; (x) Aeroporto Estadual José Vicente Faria Lima “Aeroporto de Tupã”; (xi) Aeroporto Estadual Domingos Pignatari “Aeroporto de Votuporanga”.

A Companhia pertence às sociedades, Socicam Infraestrutura e Participações Ltda. com sede na cidade de São Paulo no Estado de São Paulo e DIX Empreendimentos Ltda. com sede na cidade de Recife no Estado de Pernambuco

A Companhia possui suporte financeiro das acionistas Socicam Infraestrutura e Participações Ltda., e DIX Empreendimentos Ltda., caso necessite de um eventual aporte financeiro para honrar com as parcelas das dívidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 03 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no seu custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e) Julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – Provisão para perdas em clientes;
- Notas explicativas nº 6 e nº 7 – Definição de vida útil do ativo imobilizado e intangível;
- Nota explicativa nº 22 – Provisão para contingências

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Ativos não financeiros (ativos tangíveis e intangíveis)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2025.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

c) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistema informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada.

(ii) Direito de exploração de infraestrutura

O custo inclui as despesas que são diretamente atribuíveis à construção de infraestrutura e inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer outro custo diretamente atribuído para colocar esse ativo em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é de 30 anos, conforme prazo do contrato de concessão.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros.....	30 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Equipamentos de informática.....	10 anos
Software.....	5 anos

Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

d) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f) Provisões de manutenção – Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição específica antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 30 de dezembro de 2023 com relação a este assunto.

g) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i) Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias representadas por despesas apropriadas ao resultado, entretanto, indedutíveis temporariamente.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende ao imposto de renda corrente reconhecido no resultado.

Na determinação do imposto de renda corrente a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda e no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseado em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada.

Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamento sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

j) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura – ICPC 01 (R1).

A infraestrutura, dentro do alcance de Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário, porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor.

k) Receita operacional

(i) Embarque e utilização do terminal

As receitas provenientes da cobrança das tarifas de embarque e navegação devidas pela utilização das instalações e serviços de despacho e embarque da estação de passageiros são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas.

(ii) Tarifas de pouso e permanência

As receitas relativas à utilização das áreas e serviços relacionados com as operações de pouso, rolagem e estacionamento da aeronave são reconhecidas de acordo com a emissão das cobranças relacionadas.

(iii) Receita de aluguel

A receita de aluguel decorrente de contratos de locação com empresas de transporte, lojas e restaurantes localizados nos terminais é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

l) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas contábeis compreendem receitas de juros sobre aplicações contábeis, receitas com descontos obtidos, receitas com variações cambiais ativas e as variações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas contábeis compreendem basicamente os juros, descontos concedidos a clientes e as tarifas bancárias.

m) Novos normativos contábeis

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas Demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades são os itens de balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa e são assim representados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	-	1
Aplicações financeiras	<u>393</u>	<u>582</u>
	<u>393</u>	<u>583</u>

As aplicações financeiras são resgatáveis em um prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo essas aplicações renumeradas entre 98% e 100% do CDI. A Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a. Composição dos saldos:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Clientes	1.189	1.082
Locações a receber	1.894	1.580
Outras contas a receber	2	5
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(553)</u>	<u>(120)</u>
	2.532	2.547
Circulante	2.510	2.439
Não Circulante	<u>22</u>	<u>108</u>
	2.532	2.547

b. Abertura por idade do contas a receber

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	2.255	2.403
Vencidos de 1 a 30 dias	125	66
Vencidos de 31 a 120 dias	212	60
Vencidos de 121 a 180 dias	29	51
Vencidos acima de 181 dias	<u>464</u>	<u>87</u>
	3.085	2.667

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2025.	(121)	(30)
Constituição	(449)	(90)
Reversão	<u>17</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025.	(553)	(120)

6. IMOBILIZADO

	31/12/2024	31/12/2025		Valor líquido
		Adições	Baixas	
<i>Custo</i>				
Máquinas e equipamentos	1.384	24	-	1.408
Móveis e utensílios	378	8	-	386
Computadores e periféricos	1.391	7	-	1.398
	3.153	39	-	3.192
<i>Depreciação</i>				
Máquinas e equipamentos	(426)	(193)	-	(619)
Móveis e utensílios	(58)	(37)	-	(95)
Computadores e periféricos	(669)	(277)	-	(946)
	(1.153)	(507)	-	(1.660)
Imobilizado líquido	2.000	(468)	-	1.532

	31/12/2023 <i>(reapresentado)</i>	31/12/2024		Valor líquido
		Adições	Baixas	
<i>Custo</i>				
Máquinas e equipamentos	1.121	263	-	1.384
Móveis e utensílios	328	50	-	378
Computadores e periféricos	1.365	26	-	1.391
	2.814	339	-	3.153
<i>Depreciação</i>				
Máquinas e equipamentos	(249)	(177)	-	(426)
Móveis e utensílios	(22)	(36)	-	(58)
Computadores e periféricos	(397)	(272)	-	(669)
	(668)	(485)	-	(1.153)
Imobilizado líquido	2.146	(146)	-	2.000

7. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível correspondente concessão para exploração da infraestrutura apresentam as seguintes composições:

	<u>31/12/2025</u>			
	<u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u>
<i>Custo</i>				
Benfeitoria	10.826	2.358	-	13.184
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	8.553	238	-	8.791
Máquinas e equipamentos	10	-	-	10
Obras em Andamento	849	4.666	(2.699)	2.816
	<u>20.238</u>	<u>7.262</u>	<u>(2.699)</u>	<u>24.801</u>
<i>Amortização</i>				
Benfeitoria	(365)	(468)	-	(833)
Máquinas e equipamentos	-	(1)	-	(1)
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	(808)	(523)	-	(1.331)
	<u>(1.173)</u>	<u>(992)</u>	<u>-</u>	<u>(2.165)</u>
Intangível Líquido	<u>19.065</u>	<u>6.270</u>	<u>(2.699)</u>	<u>22.636</u>
	-			-
<u>31/12/2024</u>				
	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo</u>
	<i>(reapresentado)</i>			
<i>Custo</i>				
Benfeitoria	7	10.819	-	10.826
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	8.553	-	-	8.553
Máquinas e equipamentos	-	10	-	10
Equipamentos de informática	-	-	-	-
Software	-	-	-	-
Obras em Andamento	5.672	6.092	(10.915)	849
	<u>14.232</u>	<u>16.921</u>	<u>(10.915)</u>	<u>20.238</u>
<i>Amortização</i>				
Benfeitoria	-	(365)	-	(365)
Direito de Exploração de Serviços Públicos - outorga	(522)	(286)	-	(808)
	<u>(522)</u>	<u>(651)</u>	<u>-</u>	<u>(1.173)</u>
Intangível Líquido	<u>13.710</u>	<u>16.270</u>	<u>(10.915)</u>	<u>19.065</u>

Em função do contrato de concessão do Complexo Aeroportuário do Bloco Noroeste, o ativo intangível é registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A interpretação técnica ICPC 01 “Contratos de Concessão” emitida pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contrato de concessão, e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras(i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos.

Na cláusula décima segunda, parágrafo 12.2, do contrato de concessão foi determinado que todos os bens que integram ou venham a integrar a esta concessão, bem como as respectivas benfeitorias serão considerados “Bens reversíveis” ao Poder Concedente ao término do prazo do contrato de concessão.

O valor das parcelas dos investimentos vinculados a “Bens reversíveis” ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir do ativo intangível da CONCESSIONÁRIA, e tendo como termo final a data da notificação da extinção do contrato à CONCESSIONÁRIA, considerando as regras contábeis, notadamente a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, devidamente atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do investimento até o ano contratual do pagamento da indenização. Os ativos intangíveis com a vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor.

8. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	855	1.121
	<u>855</u>	<u>1.121</u>

Os saldos a pagar a fornecedores não apresentam concentração e são representados por compras de materiais, equipamentos e serviços destinados à operação da Companhia.

9. SALÁRIOS E ENCARGOS A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de férias e encargos	1.147	1.076
Salários e ordenados	486	449
INSS a recolher	258	232
FGTS a recolher	83	76
Empréstimo consignado	44	34
Pensão alimentícia a pagar	4	2
Outros	141	97
	<u>2.163</u>	<u>1.966</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía 174 colaboradores (172 em 31 de dezembro de 2024).

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ISSQN a recolher	79	82
PIS e COFINS a recolher	229	251
IRPJ a recolher	116	502
CSLL a recolher	46	181
Impostos retidos a recolher	201	112
Parcelamentos de Impostos (a)	<u>6.295</u>	<u>7.544</u>
	<u>6.966</u>	<u>8.672</u>
Circulante	2.403	3.163
Não circulante	<u>4.563</u>	<u>5.509</u>
	<u>6.966</u>	<u>8.672</u>

Parcelamento de impostos

(a) Parcelamento de Impostos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
INSS Nº 992401	627	724
INSS Nº 192302	137	164
INSS Nº 292369	216	274
INSS Nº 752220	208	296
IRPJ E CSLL Nº 532420	1.024	1.167
IRPJ E CSLL Nº 932416	1.044	1.214
IRPJ E CSLL Nº 422320	1.416	1.696
PIS E COFINS Nº 962416	173	197
PIS E COFINS Nº 952435	593	691
PIS E COFINS Nº 872335	373	447
PIS E COFINS Nº 222301	81	102
PIS E COFINS Nº 212269	403	572
	<u>6.295</u>	<u>7.544</u>

Os parcelamentos simplificado de Pis, Cofins, IRPJ e CSLL, foram aderidos em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (sessenta) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

O parcelamento simplificado do INSS foi aderido em consonância com a Instrução Normativa RFB nº 1.891/2019, tendo como o saldo total parcelado em 60 (parcelas) vezes e acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do deferimento até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. (artigo 13 da lei 10.522, de 19 de julho de 2002).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Recebimentos antecipados	160	215
Responsabilidades com terceiros	-	2
	<u>160</u>	<u>217</u>

O saldo de recebimentos antecipados é representado por recebimentos referente a cauções de locação.

12. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos		
Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda.	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>
Passivo Circulante		
Reembolsos a pagar	36	56
	<u>36</u>	<u>56</u>
Passivo não circulante		
Socicam Administração, Projetos e Representações Ltda.	-	379
Socicam Infraestrutura e Participações Ltda.	899	520
Dix Empreendimentos Ltda.	864	864
	<u>1.764</u>	<u>1.764</u>
Total	<u>1.800</u>	<u>1.820</u>

Os saldos do passivo correspondem, substancialmente, a operações de mútuo com os acionistas para suprimento de caixa da Companhia, sem cláusulas de reajustes ou prazos de vencimentos. Por esse motivo, estão classificados no não circulante.

Custos de gerenciamento e Administração

Mensalmente a Companhia remunera a Socicam Administração, Projetos e Representações S.A. Ltda, pela prestação de serviços e gerenciamento e administração nos seguintes montantes: 15% sobre o resultado operacional. Os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios referentes a essas despesas foram:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Socicam Administração Projetos e Representações S.A.	1.661	1.512
	<u>1.661</u>	<u>1.512</u>

Remuneração do pessoal chave da administração

Conforme o acordo entre as sócias quotistas, as remunerações aos dirigentes da Companhia são de responsabilidade de cada sócia, portanto nenhuma despesa e indenização a título de remuneração aos dirigentes foram reconhecidas pela Companhia em 2025 e 2024.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, O capital social subscrito e integralizado até 31 de dezembro de 2023 está representado por 6.235 ações, com o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) por ação, no montante de R\$ 6.235, restando pendente de integralização o saldo de R\$ 24.939.

	<u>Valor</u>	<u>%</u>
SOCICAM INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÕES LTDA.	3.180	51%
DIX EMPREENDIMENTOS LTDA.	3.055	49%
	<u>6.235</u>	<u>100%</u>

Conforme 1ª alteração de seu contrato social, em 3 de janeiro de 2022, foi autorizado o aumento de capital no montante de R\$ 31.073, o qual foi parcialmente integralizado o montante de R\$ 6.234 na mesma data.

b) Reserva Legal

É constituída com base nos dispositivos legais do Art. 193 da Lei nº 6.406/76, sendo destinados 5% do lucro líquido, que não excederá de 20% do capital social.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.406/76, após a dedução da reserva legal.

A seguir, apresentamos a abertura dos dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>
Resultado do exercício	5.023	4.734
(-) constituição da reserva legal	251	237
Lucro líquido ajustado	4.772	4.497
Baixa Antecipações	800	-
Base de cálculo para os dividendos	3.972	4.497
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório provisionado	<u>993</u>	<u>1.124</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No exercício de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime de tributação na sistemática do lucro real.

A seguir apresentamos a conciliação do Impostos de renda e contribuição social nos respectivos exercícios:

	<u>31/12/2025</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.372
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>2.506</u>
<i>Adições permanentes</i>	
Brindes	3
<i>Adições temporárias</i>	
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	449
Provisão Contingencias Trabalhistas	20
Provisão Contingencias Civeis/ Administrativas	3
<i>Exclusões temporárias</i>	
Reversão de créditos considerados incobráveis	17
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>2.964</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.638)</u>
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	162
Taxa efetiva	<u>36%</u>
	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	7.623
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	<u>2.592</u>
<i>Adições permanentes</i>	
Brindes	3
<i>Adições temporárias</i>	
Provisão para Perdas de créditos considerados incobráveis	90
Base de cálculo Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>2.685</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(2.600)</u>
Débitos remanescentes de IRPJ e C.S a pagar	683
Taxa efetiva	<u>34%</u>

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta		
Tarifas Aeroportuárias	29.553	25.814
Controle de passageiros, acesso e permanência de veículos	148	85
Serviços de apoio	368	321
Receitas comerciais/locações	14.343	15.736
Outras	-	45
	<u>44.412</u>	<u>42.001</u>
Abatimentos		
(-) Impostos sobre a prestação de serviços	(5.218)	(4.858)
(-) Serviços cancelados	(1)	(64)
	<u>(5.219)</u>	<u>(4.922)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>39.193</u></u>	<u><u>37.079</u></u>

Embarque e utilização do terminal aeroportuário

São valores cobrados dos usuários para embarque nos terminais aeroportuários (regulamentadas e com valores calculados pela ARTESP – (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). As receitas de embarque serão ajustadas de acordo com o indexador econômico - IPCA (índice de preços ao consumidor amplo).

Locações

São valores oriundos de contratos de locação dos boxes do terminal aeroportuário. São lojas de artigos diversos, serviços e alimentação. Estão previstas no Contrato de Concessão e são administradas pela Companhia.

Serviços de apoio

São serviços oferecidos em terra para apoio às operações do transporte aéreo, envolvendo principalmente o atendimento e a segurança de aeronaves, passageiros, tripulantes, bagagens e cargas. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

Serviços a usuários

São serviços oferecidos a usuários do terminal aeroportuário, como uso de sanitário, banho, estacionamento, guarda-volume, cartões telefônicos e recarga de telefones celulares. Tem sua regulamentação pelo Poder Concedente da Concessão do Terminal e o valor determinado pela Companhia.

16. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre os custos dos serviços prestados por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(10.153)	(9.127)
Serviços contratados	(10.410)	(9.566)
Serviços públicos	(1.437)	(1.582)
Amortização e depreciação	(1.088)	(1.073)
Outorga, taxas e participações	(596)	(565)
Outros custos com colaboradores	(2.619)	(1.922)
Férias e 13º salário	(2.053)	(1.842)
Outros custos	(2.068)	(2.122)
	<u>(30.424)</u>	<u>(27.799)</u>

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas administrativas e gerais por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas gerais	(12)	(5)
Despesas com crédito de liquidação duvidosa	(455)	(90)
	<u>(467)</u>	<u>(95)</u>

18. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre outras receitas (despesas) por natureza para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas	15	2
Outras despesas	(3)	(7)
	<u>12</u>	<u>(5)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de juros	57	29
Receita de aplicações financeiras	64	1
Descontos obtidos	-	28
Outras receitas financeiras	-	-
(-) PIS s/ receitas financeiras	(1)	-
(-) COFINS s/ receitas financeiras	(4)	-
	<u>116</u>	<u>58</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Despesas bancárias	(27)	(27)
Tarifa de emissão de boletos e títulos	(7)	(7)
IOF - Imp.s/ operações financeiras	(2)	(1)
Multas e correções	(310)	(259)
Descontos concedidos	(1)	-
Juros tributarios/ atualizacoes	(484)	(406)
Multas e correcoes tributarias	-	(706)
Outras despesas financeiras	(226)	(209)
	<u>(1.058)</u>	<u>(1.615)</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(942)</u></u>	<u><u>(1.557)</u></u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) *Gerenciamento do risco financeiro*

A Companhia não possui um comitê específico de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderências aos limites.

As políticas de risco e sistema de gerenciamento de riscos são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Identificação

Os ativos e passivos financeiros relevantes da Companhia são: Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e Fornecedores a pagar.

Classificação

Conforme definição do Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9, os instrumentos financeiros relevantes da Empresa são classificados entre ativos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado e passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado se aproximam, substancialmente, do valor justo., vide o quadro a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos		
Aplicações financeiras	393	582
Contas a receber	<u>2.532</u>	<u>2.547</u>
	<u>2.925</u>	<u>3.129</u>
Passivos		
Fornecedores	<u>855</u>	<u>1.121</u>
	<u>855</u>	<u>1.121</u>

b) Hierarquia dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os ativos e passivos contabilizados a valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para ativos ou passivos, seja diretamente (preço) ou indiretamente (derivados do preço).

Nível 3: informações para ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (premissas não observáveis).

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2. Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como níveis 1 e 3 durante o período em análise, e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para esse mesmo período.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia referentes ao exercício remanescente do balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	31/12/2025		
	Menos de 1 ano	Mais de um ano	Total
Ativos			
Aplicações financeiras	393	-	393
Contas a receber	2.510	22	2.532
	2.903	22	2.925
Passivos			
Fornecedores	855	-	855
	855	-	855
	31/12/2024		
	Menos de 1 ano	Mais de um ano	Total
Ativos			
Aplicações financeiras	582	-	582
Contas a receber	2.439	108	2.547
	3.021	108	3.129
Passivos			
Fornecedores	1.121	-	1.121
	1.121	-	1.121

c) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

O principal risco de mercado, relacionado a taxas de juros, originado por instrumentos financeiros da Companhia, é relativo às aplicações financeiras, e é referente à queda nas taxas CDI e Selic. O quadro demonstrativo da análise de sensibilidade é demonstrado a seguir:

Operação	Risco	Receita financeira		
		Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Queda nas taxas CDI e Selic	59	44	29

Cenário Provável: Considera que as taxas CDI e Selic permanecerão estáveis (15,00% a.a.)

Cenário II: Considera uma deterioração de 25% em relação ao cenário provável.

Cenário III: Considera uma deterioração de 50% em relação ao cenário provável.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam riscos de mercado relacionados a taxas de câmbio, originado por instrumentos financeiros da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos.

d) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

e) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitem captar recursos de forma e reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

21.COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATOS DE CONCESSÃO

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, representado valor variável, correspondente a 1% (um por cento) da receita bruta auferida pela Concessionária a partir do 13º (décimo terceiro mês) contado da data de eficácia, conforme disposto no contrato. Os valores serão registrados no grupo de custos de serviços prestados (nota explicativa nº 17).

22.CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências trabalhistas e cível, para quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação e 2024 não existiam contingências com prognóstico de perda provável.

	<u>31/12/2024</u>	<u>Adição</u>	<u>31/12/2025</u>
Cível	-	3	3
Trabalhista	-	20	20
	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>23</u>

As ações em curso em 31 de dezembro de 2025, que possuem o risco de perda classificado como possível totalizam em R\$ 955 (R\$ 4.205 em 2024). Para esses casos, não foram constituídas provisões, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

23.COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros considerando a natureza de sua atividade, assim como mantém cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

As premissas de risco adotadas e suas respectivas coberturas dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

24.EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de publicação destas demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes significativos na Companhia, que merecessem divulgações nos termos do normativo contábil CPC 24 - Eventos Subsequentes.

Membros da Administração

José Mario Lima de Freitas
Diretor Presidente

Alexander Cerqueira Silva
Diretor Administrativo Financeiro

Eduardo Buzam Júnior
Contador
CRC 1SP243887/O-3

* * *